

Gislene Silva  
Daisi Vogel  
Terezinha Silva  
organização

# Apuração, redação e edição jornalística

# Texto jornalístico como discurso

Rosana de Lima Soares

Este capítulo volta-se para as articulações entre o conceito de discurso e as práticas jornalísticas, especialmente em relação às representações e visibilidades nelas construídas, e à produção de saber e poder nelas engendradas. Se considerarmos o jornalismo como um “fato de língua” (GOMES, 2000), seu fazer reveste-se de um caráter simbólico na organização de um “espaço público leigo” (BRETON, 1999) no qual as notícias, mais do que traduzirem acontecimentos em informações, caracterizam-se como “formas culturais” (SCHUDSON, 1995). Nessa perspectiva, torna-se necessário estudar seu estatuto narrativo em termos de características textuais (verbais e visuais) e contextuais (modos de organização e circulação). Nessa perspectiva, para além dos processos formais de produção e de princípios que, do exterior, pautam seu fazer (objetividade, atualidade, imparcialidade, entre outros), o jornalismo caracteriza-se como uma *prática discursiva*.

Em seu sentido mais literal, discurso está ligado à ideia de movimento: quando exprimimos algo, estabelecemos um relato que se constitui como articulação, relação, anúncio. Damos notícia de algo. Comunicamos. *Narramos*. Ao percorrer um trajeto, corremos ou andamos por ele, e ao redor dele. Nesse percurso, discorremos sobre algo, atravessando fronteiras, expondo um tema em seus diferentes vieses. Tais características são facilmente identificáveis no fazer jornalístico, estabelecendo, num primeiro momento, uma aproximação ao discurso como prática social.

Se buscarmos uma definição de *discurso* como se encontra nos dicionários, outras perspectivas se apresentam, muitas delas oriundas da retórica e da oratória, outras voltadas para a elaboração de métodos e argumentos tidos como racionais, já que o latim *discursos* se torna *logos* em sua origem grega. Uma que particularmente nos interessa é a noção de discurso como

qualquer manifestação expressiva por meio da linguagem, pois permite incluir não apenas discursos verbais, mas também visuais, audiovisuais, sonoros ou sincréticos.

Em sentido filosófico, as margens do discurso delineiam o mundo histórico, constituindo, assim, a realidade, que não existiria fora dele. Desse modo, trata-se da *fabricação* ou *fabulação*, por meio dos discursos, de um mundo entre os muitos possíveis; na filosofia analítica, fala-se em *apresentação* do mundo pelos discursos; nas ciências da linguagem, trata-se de permanente *construção* da realidade. Aquilo ainda não simbolizado pelo discurso aponta para outras possibilidades, algo que resta *ainda lá* e que, por não ter sido ainda delineado, não constitui a realidade por meio dos diversos discursos circulantes que tentam apreendê-la. Ou seja: a realidade do mundo é instituída como uma *realidade discursiva*.

Ao tratar da língua como instituição social atualizada na fala de cada um, Ferdinand de Saussure já afirmara que “[...] tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1970, p. 139). A língua é, pois, instituição fundante das relações sociais:

Na língua como instituição social nos organizamos enquanto pacto, sempre levando em conta o estatuto desse pacto/língua que nos precede e sobre o qual não temos escolha. Somos constituídos na linguagem como sujeitos singulares e sociais de um só golpe. (GOMES, 2000, p. 16).

Se considerarmos o conceito de “língua” em Saussure ao de discurso como “língua em ato” de Émile Benveniste, podemos avançar um pouco mais e dizer que, antes do discurso, não há realidade. Em outras palavras, os discursos dados socialmente inserem o sujeito em uma ordem simbólica que o precede. Assim, o ser humano é desde sempre social (lembremos Julia Kristeva (1974) ao afirmar que quem diz “homem falante” diz, ao mesmo tempo, “homem social”) pois, mesmo sem saber, é antecedido por essa ordem. Em Benveniste (1989), a diferenciação entre os enunciados discursivos (aquilo que é dito) e sua enunciação (o modo como se diz) introduz questões relativas à estrutura narrativa dos relatos, quer sejam poéticos, como a literatura e as artes, ou factuais, como a história e o jornalismo. Nas relações entre fábula (o que se conta), narração (como se

conta) e personagens (de quem se conta)<sup>1</sup> temos os primeiros elementos para pensar a narrativa constituinte dos discursos que instituem a realidade social. Se o mundo histórico é constituído pelos discursos – e, portanto, não há nada fora do discurso –, como pensar então o problema da verdade e da objetividade, tão necessários ao jornalismo? Para responder a essa questão, recorreremos, nesse momento, a Michel Foucault<sup>2</sup> e ao discurso, tomado aqui em sua pluralidade de manifestações. Foucault inicia o livro *A ordem do discurso* ([1970] 1996, p. 9) introduzindo a hipótese de que em toda sociedade a produção dos discursos é, sempre, “[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Tal controle e seleção seriam realizados pelos chamados “procedimentos de exclusão”, que Foucault assinala como sendo três: interdição (a palavra proibida); separação/rejeição (a segregação da loucura); oposição entre o verdadeiro e o falso (vontade de verdade).

O primeiro princípio de exclusão, a *interdição*, opera em relação à palavra que pode ou não ser pronunciada, que pode ou não se fazer discurso: sabemos que não se pode dizer tudo, que não se pode falar sobre qualquer assunto em qualquer circunstância. No discurso, há sempre zonas cinzentas de interdições, regiões proibidas. A psicanálise já assinalara as relações do discurso com o desejo, não apenas como aquilo que o revela ou mascara, mas também “[...] como aquilo que é objeto do desejo”; a história, por sua vez, ensina que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

---

<sup>1</sup> Para uma definição de narrativa, tomamos as palavras de Eduardo Peñuela Cañizal (2007b, p. 4): “Assim, parto do princípio de que a narrativa é um código e se ordena segundo as regras de três níveis: o da fábula, o das personagens e o da maneira de contar. Portanto, ancorado nesse molde, tenho para mim, na esteira dos estudos de narratologia, que a narração constitui a instância em que o narrador, enquanto sujeito manipulador, têm mais possibilidades de desenvolver sua imaginação criativa. Disso se tem prova quando o leitor centra seu interesse não exclusivamente nas peripécias ou no desempenho dos atores (no caso de filmes), mas também na maneira de arranjar esses elementos [...]”.

<sup>2</sup> Entre as possibilidades teóricas para os estudos de linguagem, optamos neste pequeno texto por introduzir a definição de discurso a partir de Michel Foucault por acreditarmos que, na singularidade de sua perspectiva – em que relaciona os conceitos de saber/poder como constituintes das formações discursivas –, encontramos elementos frutíferos para pensar o fazer jornalístico.

O segundo princípio de exclusão, a *separação/rejeição*, é apresentado nos termos da oposição razão/loucura. O discurso do “louco” é aquele que não pode circular como o dos outros; é, assim, separado, segregado, isolado, seja pela atribuição à sua palavra de nulidade, seja pela atribuição à sua palavra de sobrenaturalidade. Por rejeição, ou a palavra está dele excluída (não devendo ser acolhida) ou está nele escondida (esperando ser revelada). Ainda hoje, quando a palavra deslo(u)cada parece encontrar seu lugar nas terapias médicas e na escuta psicanalítica, a separação permanece, pois é necessário que na escuta deste discurso intervenha, ainda, a voz de uma suposta razão (o suposto saber a ordená-la).

Mas é ao terceiro princípio de exclusão que Foucault dedica maior atenção: a *oposição entre o verdadeiro e o falso*. Nos dois sistemas anteriores já se fazia perceber a força da verdade como aquela que separa e estabelece o que se pode e o que não se pode dizer. Se pensarmos por essa via, o raciocínio se torna circular e a pergunta não encontra ainda resposta: se a verdade estabelece o que pode ou não ser dito, quem estabelece a verdade? Essa pergunta se torna ainda mais fundamental em um momento no qual a disseminação de desinformação, sobretudo por meio de *fake news*, espalha-se rapidamente, comprometendo o campo do jornalismo, os direitos de cidadania e as instituições democráticas.

É o desejo de verdade – ou a vontade de saber, para usarmos as palavras de Foucault – que faz surgir a verdade:

Pois a vontade de verdade (ou de saber) se realiza pela colocação, pela inscrição de pontos-chaves pelos quais se identifica o verdadeiro. Portanto, é predominante sobre os dois *primeiros processos de restrição e de exclusão*, operando como uma exclusão mais abrangente. (GOMES, 2000, p. 47, grifo do autor).

Ou seja: a vontade de verdade é que cria, por meio do discurso, a “verdade”; assim, até mesmo o discurso que pretende desvendar a verdade (ou aquele que objetiva negá-la) constrói, ao fazê-lo, sua própria verdade. Do mesmo modo, só será considerado “verdadeiro” o discurso que participar dessa verdade instituída:

Mendel dizia a verdade mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico de sua época [...]; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia, para que Mendel entrasse “no verdadeiro” e suas proposições

aparecessem, então (em boa parte), exatas. (FOUCAULT, 1996, p. 35, grifo do autor).

Dessa forma, o discurso institui a realidade e engendra também a verdade a ela associada, legitimando-se e legitimando-a, ainda que essa suposta verdade seja contrária a evidências científicas ou pactos coletivamente estabelecidos, como vemos atualmente em diversos âmbitos da política brasileira, entre eles a educação, a saúde e o meio ambiente. É o próprio lugar da verdade no/do discurso que se desloca:

A verdade mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. (FOUCAULT, 1996, p. 15, grifo nosso).

Trata-se, assim, de um processo de legitimação que funda a legitimidade, processo autorreferencial que estabelece o que se pode incluir e o que se pode excluir do campo do verdadeiro:

O discurso legitimado dá-se ao luxo de ver legitimadas as operações de legitimação pelas quais ele se constrói: acolhimento e exclusão. Tanto o acolhido quanto o excluído funcionam como sustentação e/ou legitimação do discurso que os sustenta num movimento reflexivo de termo a termo. É o jogo nesse processo de autorreferencialidade, que afirma e confirma. (GOMES, 2000, p. 48).

Para nos determos ainda sobre o tema da verdade – essencial para compreendermos os modos de construção discursiva no jornalismo –, Catherine Clément (1973) apresenta uma interessante aproximação à obra de Sigmund Freud. A partir das relações entre verdade e história, ciência e imaginário, verdade e realidade, fantasia e realidade, cena originária e outra cena, chega ao conceito de construção histórica como (re)ordenação do passado. Lembramos aqui que, assim como a história, o jornalismo também se apresenta como um *discurso referencial*, em que a relação aos fatos, aos acontecimentos e aos eventos concretos coloca-se na base de suas produções.

Da oposição entre vestígios e esquecimentos, deslocamentos e deformações, é que a verdade pode ser feita e refeita, ou desfeita: “Todo deslocamento, toda deformação, são, então, o traço de um acontecimento acabado e recoberto” (CLÉMENT, 1973, p. 5). A marca do acontecimento

original é inacessível, por isso o relato e a verdade constroem-se “só depois”: “O relato desse cenário reiterado induz a noção de um retardo: o acontecimento age *a posteriori*, a verdade é eficaz ‘só depois’” (CLÉMENT, 1973, p. 8, grifo do autor). Como estrutura, o acontecimento pode ser desconstruído, recomposto, modificado. Mas tal construção “[...] não pode se prender à sua veracidade, pois este termo implica verificação. Para que essa verificação fosse possível, seria preciso que provas da ordem da experimentação ou dos fatos fossem fornecidas” (CLÉMENT, 1973, p. 3).

É importante situar o discurso jornalístico como ancorado nessa dinâmica: ainda que suas manchetes (no caso do jornalismo impresso) e chamadas (no caso do jornalismo televisivo) sejam sempre narradas no tempo presente, é de um discurso sempre *a posteriori* que se trata no jornalismo. Esse *só depois*, revestido de atualidade e autenticidade – estratégias que produzem verossimilhança e credibilidade a esses discursos –, aponta para a impossibilidade de apreensão imediata dos fatos, mesmo aqueles narrados em tempo real. Se os fatos são sempre mediados (especialmente nos discursos das mídias), há sempre um hiato, uma lacuna, entre o acontecimento e seu relato jornalístico, entre a percepção e a apreensão daquilo que *está acontecendo* e, ao ser interpretado, *já aconteceu*, tornando-se, dessa forma, a reconstrução sempre fragmentária – mas a única possível – da realidade.

Na história, como no jornalismo, podemos perceber uma “arqueologia dos cacos” que ajunta os vestígios, restos, traços, ruínas, rastros, resíduos, mas sem a ambição de perfazer uma completude. Entre o acontecido e o desaparecido, um aparente paradoxo se instaura; por um lado, temos os traços, por outro, os esquecimentos: “O acontecimento se marca por um duplo acontecimento: não é jamais simples, sempre completado e no mesmo movimento apagado; terminado depois recoberto por esquecimentos eficazes e construtivos” (CLÉMENT, 1973, p. 5). Esse duplo estatuto do acontecimento “[...] o desfaz e faz um outro a partir do mesmo” (CLÉMENT, 1973, p. 5), como no encobrimento de um crime, na dissimulação de seus traços. Freud fala em deformação (*Entstellung*), alertando para seu duplo sentido:

Essa palavra não deveria significar simplesmente “modificar o aspecto de alguma coisa”, mas também “colocar alhures, deslocar”. Eis porque em muitas alterações de textos podemos ficar certos de encontrar, escondido em alguma parte, se bem que modificado e arrancado de seu contexto, o que foi suprimido e negado. Nós temos, no entanto, alguma dificuldade em reconhecê-lo (*Moisés e o monoteísmo*). (FREUD *apud* CLÉMENT, 1973, p. 5, grifo do autor).

Dessa herança freudiana é que podemos chegar a Lacan (1998), afirmando que “[...] não há realidade pré-discursiva” e que os discursos instituem a realidade e sua verdade ou, nos termos de Foucault, o que será considerado verdadeiro (ainda que em desacordo com discursos anteriormente instituídos). É dessa dinâmica entre o acontecimento-realidade e o discurso-verdade que se deduz a noção de *mudança*:

Não uma alteração radical de estruturas que correspondem ao real, mas uma composição-decomposição de estruturas mascarando um real desaparecido. Toda estrutura esconde, e é porque ela esconde que produz mutações, acontecimentos ao mesmo tempo semelhantes, uma vez que se repetem, e diferentes, porque renovam o recalcado. [...] A história das ideologias pode ser lida analiticamente como uma sucessão de recalques e deslocamentos; e do recalcado parcialmente surgindo, produzindo sem cessar novos fragmentos de um real desaparecido, depende a mudança na estrutura. (CLÉMENT, 1973, p. 9).

É porque algo esteve escondido que pode ressurgir de outro modo, já que naquilo que se mostra algo permanece como ausente. Em outras palavras, esses disfarces e deslocamentos são as próprias transformações no discurso, interferindo na realidade, tornando-a tão dinâmica quanto os discursos nela produzidos, que deslocam e mobilizam sentidos de um lugar a outro.

Ao tratar do tema “Violência e sociedade fundadora” (2001), José Arthur Giannotti analisa como “novas realidades”, antes tidas como inaceitáveis a partir dos contratos vigentes na sociedade, podem passar a ser aceitas em outro momento. Utiliza a questão das formas da violência (acatadas ou rejeitadas em cada época) para tratar das diferentes formas de sociabilidade vividas ao longo da história e, conseqüentemente, da organização política: “As correlações que sugerimos rapidamente entre certas experiências e mudanças de aspecto dos conceitos já nos sugerem como o significado de ‘política’ passa por transformações profundas com o aparecimento da questão social” (GIANNOTTI, 2001, grifo do autor). O autor confirma o que aqui afirmamos: são os vários discursos vigentes que determinam as formas das realidades constituídas. Ou seja: tudo o que se apresenta no mundo histórico é conformado por discursos.

Nesse panorama, o fazer jornalístico, em sua relação com outras formas de discursos midiáticos, coloca-se como privilegiado na articulação das relações simbólicas (políticas, econômicas, culturais) presentes na sociedade,

ainda mais em tempos desafiadores como os que temos vivido, com ameaças tanto ao fazer jornalístico como à liberdade de expressão. No livro *Deciding what's news* (1980), Herbert Gans propõe um deslocamento radical em relação à função e ao papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, Gans recusa a ideia de que seja papel do jornalista (ou que isto seja mesmo possível) *apreender* a realidade e narrá-la para outras pessoas. Se um acontecimento não permanece mais do que o período de sua duração, mesmo que os leitores tentassem *correr atrás* dos fatos narrados, não os encontrariam – eles não estariam *mais lá*.

A esta perspectiva, pode-se acrescentar, em segundo lugar, que os fatos sociais (ou o mundo histórico) não existem em estado puro, aguardando em determinado lugar para serem descobertos e narrados por alguém. Na verdade, as relações sociais – em toda a sua extensão – são relações construídas *na e pela* linguagem, por meio dos discursos. Ao serem nomeadas, adquirem seu estatuto de *relações*, passando efetivamente a existir. Nessa perspectiva, estudiosos como Saussure e Kristeva já apontaram a linguagem como *chave para entender o ser humano e a sociedade*, sendo base fundante destes.

A esses dois pressupostos básicos, pode-se acrescentar uma definição tomada por Gans. Resgatando a ideia de Michael Schudson (1995) de que as notícias, enquanto “produtos culturais”, produzem certo tipo de “conhecimento público”, Gans propõe que o papel do jornalismo seja o de agir como construtor e organizador privilegiado da “arena simbólica” da sociedade. Ou seja: aquilo que é por ele organizado poderia compor, junto com outras instituições, o quadro de referência da sociedade contemporânea. Ao selecionar, articular, propor, discutir, incluir temas e assuntos, o jornalismo (qualquer que seja seu formato: impresso, audiovisual, sonoro, digital) de fato constrói conhecimentos e inclui pedaços isolados da realidade em um todo (aqui não no sentido de totalidade, mas de *conjunto*, ao mesmo tempo intersecção e separação).

A composição da “arena simbólica” de que fala Gans faz com que as notícias, vistas como produtos culturais, *devam* ser apresentadas por meio de perspectivas múltiplas, formando *conjuntos* que possibilitem pensarmos a sociedade. Ou seja, não haveria apenas um *narrador* privilegiado (comumente centrado na figura do jornalista) que *contaria os fatos* aos outros, mas a possibilidade concreta de vários narradores apresentarem suas versões – possibilidade esta concretizada pelas mídias digitais e pelas redes sociais, especialmente em produções independentes, alternativas ou periféricas. A diversidade de fontes já possibilitaria às

notícias uma multiplicidade de perspectivas. Além disso, a facilitação de acesso a elas a partir de vários caminhos, não apenas os já instituídos, contribuiria também para tal multiplicidade.

Não se trata aqui, é bom destacar, da retórica jornalística muitas vezes vazia de “ouvir os dois lados” ou “considerar os prós e os contras” de uma questão. Trata-se, sobretudo, de indicar que na maioria das vezes não há apenas duas possibilidades. Entre uma margem e outra, como já disse João Guimarães Rosa (1962) em seu conto “A terceira margem do rio”, há sempre outra possibilidade, pelo menos três. É nesse *entremeio* que muitas vezes se encontra aquilo que se busca, como no pai narrado no conto.

Considerar o jornalismo como discurso construtor de uma *arena simbólica* implica alguns compromissos e oferece uma gama de novas articulações. Remonta, até mesmo, a um passado de *mensageiros*, *assembleias de cidadãos*, *fóruns de debates*, *porta-vozes*, tantas vezes perdido na pasteurização recente das mídias. Dessa forma, criar espaços de comunicação nas brechas deixadas pelos sistemas – sejam eles analógicos ou digitais – surge, nesse momento, como uma possibilidade concreta (ainda que muitas vezes virtual).

É dessa forma que podemos afirmar que a função social do jornalismo nas sociedades ocidentais contemporâneas – função esta que se constitui como função simbólica – está diretamente ligada à capacidade que estas sociedades possuem de gerar conhecimentos. A cada instante, novas informações surgem em todas as esferas sociais, transformando-se em notícias – muitas delas, entretanto, mimetizando processos jornalísticos, contribuindo para a desinformação e a erosão do tecido social.

Ao mesmo tempo que exige informações constantes, a sociedade também seleciona aquilo que deve ser divulgado, fazendo com que os jornalistas disputem entre si o acesso ao resultado das diversas atividades nela desenvolvidas. O processo de seleção desses resultados é complexo e, desta seleção, surgem várias informações (ou versões) de um mesmo fato, que não necessariamente se opõem umas às outras, mas formam um quadro dinâmico da realidade – compondo um discurso jornalístico que seleciona e combina os elementos desta mesma realidade. Esse quadro se modifica, como apontado por Marc Paillet, “à medida do desenrolar dos acontecimentos e no ritmo desse desenrolar” (PAILLET, 1986, p. 73).

Aos jornalistas, *estar informado* torna-se imprescindível: como conceber um profissional que não saiba das últimas notícias *de um suposto mundo*, organizado pelo saber em sua relação com a técnica e o poder do

qual falava Foucault? Daí, talvez, o sentido angustiado do tempo atribuído aos jornalistas por Paillet. Sua atividade, por essência, constitui-se de paradoxos, como vimos com Clément: apreender o fugidio, compreender o instantâneo, informar em “tempo real” notícias que já são passado, dominar em segundos universos em expansão e constante movimento. O inumerável em segundos.

Já não bastasse essa missão impossível de abraçar o instante e paralisar o tempo ruidoso das redes, o trabalho dos jornalistas apresenta outra peculiaridade, no mínimo preocupante: as informações a que têm acesso não lhe chegam em *primeira mão*, mas provêm de outros campos, entre eles a história, a sociologia, a física, a medicina. Empreendem, assim, a cada segundo, o esforço para dominar saberes que conhecem apenas como intermediários e que escapam assim que apreendidos, por existirem apenas enquanto realidades discursivas de algo já desaparecido. Dessa forma, a produção jornalística instiga as outras ciências a desenvolverem ideias e experiências que podem ser transformadas, então, em informações relevantes a serem devolvidas à sociedade na qual estas mesmas ciências estão inseridas. Ao mesmo tempo, busca nessas ciências os subsídios necessários à sua produção, selecionando, portanto, sua matéria-prima, os sujeitos-objetos de sua divulgação.

Paillet (1986, p. 74) expressa que se trata de “[...] abranger com um olhar o monstruoso fluxo de acontecimentos”. Ante essa impossibilidade, o que resta então aos jornalistas? A posição social por eles ocupada caracteriza-se como múltipla: deve responder às demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, provocá-la. Coloque-se neste quadro a instantaneidade dos fatos e a urgência em torná-los presentes (e, quem sabe, mais duradouros), e teremos a complexidade de sua função e, por extensão, do fazer jornalístico por meio de seus múltiplos discursos, atualmente tão variados quanto as formas expressivas e temáticas por ele evocadas.

De modo semelhante àquele ensejado pelos fluxos discursivos, podemos pensar o fazer jornalístico como lugar em que se estabelecem de-marcações e fronteiras, bordas e passagens que ordenam e reordenam as diversas relações sociais. Tais limites instituem e produzem realidades que dão a ver o mundo histórico e ao mesmo tempo o conformam, por meio de enunciados que estabelecem leis, hierarquias e ordenações sobre o que pode ou não ser dito, ouvido e visto.

Este é nosso provisório ponto de chegada, solo comum em que fundamos o jornalismo e que esperamos tenha continuidade com outras leituras e estudos. O discurso, instituidor de realidades, deixa em seu trajeto pegadas, marcas, vestígios, sinais: um rastro que ao mesmo tempo institui a realidade e é por ela instituído. Cabe a nós, perante os desafios de nossos tempos, compreender as engrenagens da linguagem e o que ela coloca em jogo, os caminhos dos discursos e seus modos de circulação, as variedades narrativas em suas lutas identitárias e por reconhecimento. A complexidade de um tempo atravessado cada vez mais pelas tecnologias e por formas de comunicação dispersas nas redes sociais nos impõe ainda mais desafios.

## Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: Edusc, 1999.
- CLÉMENT, C. B. *Le pouvoir des mots: symbolique et idéologique*. Paris: Maison Mame, 1973. Mimeografado.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREUD, S. Moisés e o monoteísmo. In: FREUD, S. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GANS, H. *Deciding what's news*. New York: Vintage Books, 1980.
- GIANNOTTI, J. A. Violência e sociedade fundadora. *Folha de S.Paulo*, 15 jul. 2001. Caderno Mais!
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker: Edusp, 2000.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1974. (Signos).
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- PAILLET, M. *Jornalismo, o quarto poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEÑUELA CAÑIZAL, E. Manifestação de recursos poéticos em dois filmes do Cinema Novo. *Revista Rumores*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007a. Disponível em: [www.usp.br/rumores](http://www.usp.br/rumores). Acesso em: 10 nov. 2020.
- PEÑUELA CAÑIZAL, E. *Urduidura de sigilos: ensaios sobre o cinema de Almodóvar*. São Paulo: Annablume: ECA/USP, 2007b.
- ROSA, J. G. A terceira margem do rio. In: ROSA, J. G. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.